



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC

**Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.**

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13013-000 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 055/2004 (31.05)

REF: CONVENÇÃO COLETIVA TRABALHO - FRIO

Prezados Senhores:

Comunicamos aos senhores, que a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo e Sindicatos filiados celebraram Convenção Coletiva de Trabalho, com o **Sindicato da Indústria do Frio no Estado de São Paulo**, para reajustamento dos salários e novas condições de trabalho, nas cláusulas seguintes:

1. AUMENTO SALARIAL: A partir de 1º de maio de 2004, aplicar-se-á **6%** (seis por cento) a ser aplicado sobre os salários até o limite de R\$ 2.544,00 (dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais) percebidos em maio de 2003. Os salários acima do limite de R\$ 2.544,00 (dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais) serão acrescidos em parcela única de R\$ 152,64 (cento e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

2. SALÁRIO NORMATIVO : Salário normativo de **R\$ 453,00** (quatrocentos e cinquenta e três reais) para as empresas que concedem cesta básica.

Para as empresas que não concedem cesta básica, o normativo será de **R\$ 474,92** (quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

3. VALE (Adiantamento Salarial) : As empresas concederão aos seus empregados, até 15 (quinze) dias antes do pagamento, adiantamento salarial de 40% (quarenta por cento) do salário mensal, ressalvadas as melhores situações ao trabalhador.

4. CESTA BÁSICA/EQUIVALENTE : As empresas concederão Cesta Básica durante a vigência desta Convenção Coletiva mensalmente, nas seguintes condições:

a) A Cesta Básica será constituída de gêneros alimentícios ou produtos da própria empresa ou em vale-mercado, em valor equivalente a **R\$ 34,83** (trinta e quatro reais e oitenta e três centavos) subsidiado em 99% (noventa e nove por cento). b) A concessão fica condicionada à assiduidade do empregado. Deixará de fazer jus o empregado que apresentar faltas não justificadas ao trabalho. c) Estão dispensadas do fornecimento da Cesta Básica ou equivalente as empresas que, a partir de 1º de maio de 2004, praticarem salários de contratação/admissão superior a **R\$ 474,92** (quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) para as funções não qualificadas. d) As empresas que concederem a Cesta Básica ou equivalente, se obrigam a fazer para todos os trabalhadores, respeitado o limite de 5 (cinco) salários normativos, vigentes em maio de 2004. e) Para efeito de enquadramento da Cesta Básica e de sua concessão, os limites e valores ora fixados serão atualizados pelos mesmos índices que vierem a ser aplicados ao salário normativo e salários em geral, previstos nesta Convenção Coletiva.

5. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS : As empresas discutirão com os trabalhadores e respectivas entidades sindicais, o Programa de Participação nos Resultados até **31 de agosto de 2004**. Se, no prazo, a empresa ou sindicato se recusarem a tratar do assunto ou houver impasse, o mesmo deverá ser apreciado pelas Comissões patronal e profissional na sede do sindicato patronal ou desta Federação, conforme lei nº 10.101, de 19/12/2000.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC

*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13013-000 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTO

2

6. MELHORES CONDIÇÕES - RESSALVAS : Ficam ressalvadas melhores condições de salário e de trabalho celebradas pelos sindicatos profissionais signatários desta Convenção e empresas situadas na base territorial desses sindicatos. No caso de acordos coletivos provisórios, também ficam assegurados aos trabalhadores as melhores condições de salário e de trabalho fixadas. Prevalecerá sempre a maior e melhor em favor dos trabalhadores.

7. ADICIONAL NOTURNO : O adicional noturno previsto no art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho será de 30% (trinta por cento).

8. SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO : Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído, excetuados os casos de chefia e gerência.

9. IGUALDADE SALARIAL E DE OPORTUNIDADE : Não haverá, por motivo de sexo, raça, religião, convicções políticas ou filosóficas, desigualdades salariais e de oportunidade na empresa.

10. SERVIÇO MILITAR : O empregado em idade de prestação de serviço militar, inclusive tiro de guerra, gozará de estabilidade no emprego desde o alistamento comprovado até 45 (quarenta e cinco) dias após o desligamento ou desengajamento.

11. GESTANTE : A empregada gestante gozará de estabilidade provisória, até 60 dias após o término do período de afastamento compulsório, ressalvados os casos de rescisão bilateral do contrato e pedido de demissão.

12. ACIDENTE DO TRABALHO : Ao empregado afastado do serviço por acidente do trabalho, percebendo o respectivo benefício previdenciário, será garantido o emprego, 12 meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, enquanto vigorar a Lei nº 8.213/91.

13. TESTES ADMISSIONAIS : Os testes admissionais não ultrapassarão dois dias e serão remunerados com base no menor salário da função.

14. COMPROVANTES DE PAGAMENTO : As empresas fornecerão comprovantes de pagamento aos empregados com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e os recolhimentos do FGTS.

15. UNIFORMES E INSTRUMENTOS DE TRABALHO : Quando as empresas exigirem a utilização de uniformes e instrumentos de trabalho, tais como ferramentas, faca, pedra, fuzil, para a execução dos trabalhos, elas deverão fornecê-los gratuitamente aos empregados, que, por seu turno, se obrigam a zelar pela manutenção dos mesmos.

Parágrafo único: Quando da substituição de uniformes e instrumentos de trabalho acima referidos, ou em caso de rescisão de contrato de trabalho, o empregado se compromete a devolvê-los sob pena de reembolso dos respectivos valores.

16. MANDATO SINDICAL E AFASTAMENTO DE DIRIGENTES : Será considerado como tempo de serviço efetivo, sem remuneração, o período de afastamento de até 3 (três) empregados para desempenho de mandato sindical, por entidade.

§ 1º : Ocorrendo afastamento de empregados para desempenho de mandato sindical previsto no caput, as empresas recolherão nas respectivas contas vinculadas dos empregados o percentual correspondente ao FGTS, bem como recolherão ao INSS as contribuições relativas à Previdência Social, como se estivesse trabalhando, sendo estas, mediante reembolso do sindicato.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC

**Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.**

3

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13013-000 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

§ 2º : A empresa aceitará afastamento de 01 dirigente eleito em mandato sindical, com o pagamento dos salários como se trabalhando estivesse, desde que solicitado pelo Sindicato dos Trabalhadores. O afastamento remunerado será limitado ao período de todo mandato sindical, ficando assegurado, no caso de dois ou mais dirigentes na mesma empresa, que o afastamento se dê por, pelo menos, um ano por empregado, ficando a critério do Sindicato Profissional a sua substituição por outro dirigente eleito.

17. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS : As horas extras prestadas de segunda à sábado, serão sobretaxadas em 50% (cinquenta por cento).

18. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS : Haverá integração das horas extras, habituais, na remuneração dos empregados para todos os efeitos legais.

19. ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE : Serão abonadas as faltas do empregado estudante, para fins de prestação de exames vestibulares, mediante prévia comunicação à empresa e comprovação posterior.

20. MENSALIDADES ASSOCIATIVAS : Desconto em folha de pagamento das mensalidades associativas, desde que sejam as empresas notificadas para tanto, cumprindo-lhes remeter aos suscitantes o valor descontado e a relação dos empregados que tenham sofrido o desconto, nos 5 (cinco) dias subsequentes à sua efetivação desde que associados.

21. CARTA-AVISO : A empresa entregará carta-aviso ao empregado dispensado sob a alegação de prática de falta grave, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

22. ACORDOS DE COMPENSAÇÃO : a) Nas empresas sob regime de trabalho de 5 (cinco) dias por semana, por força de acordo de compensação, quando o dia de sábado coincidir com feriado, as horas de compensação durante a semana não serão considerados como extraordinárias. Em contra-partida, quando houver um feriado no período de segunda à sexta-feira, este será pago com base na jornada diária incluídas as horas de compensação. b) Ficam as empresas autorizadas a acrescentarem em 88 (oitenta e oito) minutos complementares à jornada diária normal de trabalho, de segunda à sexta-feira, desde que compensados com a dispensa do trabalho aos sábados e domingos, na forma do artigo 59 da CLT, e artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal.

23. FÉRIAS E ADIANTAMENTO DE 50% DO 13º SALÁRIO : a) Concedidas férias ao empregado não será permitida a interrupção das mesmas, sob qualquer motivo. Caso as férias já comunicadas ao empregado sejam canceladas por iniciativa do empregador, este pagará, como indenização, as despesas efetuadas em função do cancelamento das mesmas, ressalvado acordo entre empresa e sindicato representativo do trabalhador. O início dar-se-á no 1º (primeiro) dia útil da semana, não sendo computado os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro.

b) Por ocasião da concessão das férias a empresa adiantará ao empregado 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, desde que o empregado solicite por escrito.

24. REGISTRO NA CTPS : No ato da admissão do empregado será feita anotação correta do salário e da função na CTPS.

25. FERIADOS - PONTE : As empresas poderão estabelecer programas de compensação de dias úteis intercalados com feriados e fins de semana, de sorte que os empregados possam ter período de descanso mais prolongado. Idêntico procedimento poderá ser adotado nos dias de carnaval.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC

*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13013-000 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTO

4

26. DOMINGOS, FERIADOS E DIAS DE REPOUSO : Ao empregado que trabalhar em domingos, feriados e dias de folga, as empresas pagarão em dobro as horas trabalhadas e, ainda, a remuneração de repouso propriamente dito ou do feriado a que fizer jus, tendo em vista a frequência da semana anterior.

27. EMPREGADOS DISPENSADOS : Quando as empresas dispensarem seus empregados antes do término da jornada normal de trabalho, por motivos de manutenção ou técnicos, não poderão compensar as horas faltantes com horas extras prestadas, tampouco exigir dos empregados que reponham àquelas horas.

28. INDENIZAÇÃO ADICIONAL DE AVISO PRÉVIO : Para os empregados que contando com mais de 01 ano de serviço na empresa e 50 (cinquenta) anos de idade, ou mais, fica garantida, além do aviso prévio que a Lei prevê, uma indenização adicional de aviso prévio correspondente a 45 (quarenta e cinco) dias. Essa indenização será devida, tanto quando o aviso prévio for cumprido, como quando for indenizado e em qualquer caso, não integra o tempo de serviço.

Parágrafo único: A indenização adicional de aviso prévio prevista no caput não se aplicará aos empregados que vierem a ser admitidos a partir de 1º de abril de 1998, com idade igual ou superior à 40 anos. Fica mantida, unicamente, aos empregados admitidos até 31 de março de 1998.

29. EMPREGADO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA : Nas despedidas sem justa causa, decorrentes de razões tecnológicas ou econômico-financeiras, as empresas concederão a escalonamento, de tal sorte que fique preservado e garantido o emprego dos empregados que, contando pelo menos 24 meses de tempo de serviço, se encontrem às vésperas de jubilação.

§ 1º : Considera-se às vésperas da aposentadoria, o empregado que esteja a 24 meses, ou menos do instante em que possa pleitear a aposentadoria por idade, a especial, e, ainda, por tempo de serviço.

§ 2º : Se o empregado deixar passar o instante em que poderia pleitear a aposentadoria, nos termos do parágrafo primeiro, sem fazer uso dessa faculdade, não nascerá para ele, uma nova garantia de emprego.

§ 3º : O empregado avisará a empresa, no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de completar o tempo de serviço, que assegure o direito à aposentadoria, bem como comprovará esse tempo.

30. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS : Reconhecimento pelas empresas, que não mantenham serviço médico próprio, dos atestados médicos e odontológicos expedidos pelos facultativos dos sindicatos.

31. AUXÍLIO CRECHE : As empresas com mais de 30 (trinta) mulheres e que não tiverem creches e nem convênios para uso de creches, ficam obrigadas a pagar para as mães o valor mensal correspondente a 20% (vinte por cento) do piso normativo do mês, até que o filho complete 12 (doze) meses de idade. As empresas com menos de 30 (trinta) mulheres, pagarão mensalmente 15% (quinze por cento) do piso normativo do mês, respeitadas as mesmas condições acima.

Parágrafo único: O recebimento do benefício desta cláusula, fica condicionado a comprovação.

32. AUXÍLIO-FUNERAL : As empresas pagarão, pelo falecimento de seus empregados aos dependentes legais, um auxílio funeral equivalente a 5 (cinco) salários normativos,



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC

**Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.**

5

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13013-000 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

quando por morte natural e 7 (sete) salários normativos quando decorrentes de acidente do trabalho.

33. PRAZO PARA PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS : As empresas deverão proceder à quitação das importâncias incontroversas devidas aos seus empregados em decorrência de rescisão contratual por iniciativa delas à exceção dos casos de justa causa, dentro do prazo de 10 (dez) dias quando o aviso prévio for indenizado e 1 (um) dia quando o aviso prévio for cumprido.

§ 1º : O não atendimento do disposto no caput implicará em multa diária, equivalente ao salário de 01 (um) dia de serviço do empregado, até seu cumprimento final.

§ 2º : No ato da homologação do contrato de trabalho, seja no Sindicato dos Trabalhadores ou no Ministério do Trabalho, a empresa fica obrigada a apresentar as guias de quitação da contribuição sindical e da contribuição assistencial, dos dois últimos exercícios devidos à entidade representativa dos trabalhadores e igual procedimento em relação ao Sindicato da Indústria do Frio no Estado de São Paulo, devendo observar-se, neste caso, o percentual determinado no item III do art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho.

34. MEDIDAS DE PROTEÇÃO : Para atendimento urgente do empregado, as empresas manterão um veículo próprio nos locais de trabalho.

Parágrafo único: As unidades manterão em local apropriado e de fácil acesso, serviço de primeiros socorros, o qual conterà medicamentos básicos.

35. ALEITAMENTO : Para as mães que tenham necessidade de amamentar seus filhos, com até 6 (seis) meses de idade, serão concedidos intervalos de 90 (noventa) minutos por dia para esse fim.

36. QUADROS DE AVISOS : Afixação em locais visíveis e de fácil acesso aos trabalhadores nas empresas de quadros de avisos dos suscitantes, para comunicados e notícias de interesse da categoria, desde que não contenham alusões prejudiciais às empresas e aos empregados.

37. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL : As empresas procederão o desconto nos salários dos empregados a título de contribuição assistencial, de 5% (cinco por cento) sobre os salários já reajustados de maio de 2004, com limite de **R\$ 62,37** (sessenta e dois reais e trinta e sete centavos) por empregado, devendo o montante ser recolhido junto ao Banco do Brasil S/A ou Caixa Econômica Federal, em favor do Sindicato, até o dia 10 de julho de 2004. Da mesma forma 5% (cinco por cento) sobre os salários de outubro de 2004, respeitado o limite de **R\$ 62,37** (sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), atualizado pelos mesmos índices aplicados aos salários, devendo o recolhimento ser efetuado até o dia 10 de novembro de 2004.

Em relação STI Alimentação de Tupã, o desconto da Contribuição Confederativa será no valor de 1% (um por cento) descontado em folha de pagamento de todos os trabalhadores, associados ou não, com recolhimento no 5º dia útil do mês seguinte, ficando excluído o desconto da contribuição assistencial.

Ao STI Alimentação de Mogi-Mirim, fica instituída a contribuição assistencial, a ser descontada dos salários de todos os empregados, sócios e não sócios do SINDICATO, pelo percentual de **1%** (um por cento) ao mês com um teto de 5 (cinco) salários mínimos, incidentes durante a vigência deste instrumento coletivo, repassando o valor arrecadado ao SINDICATO no prazo máximo de 5 (cinco) dias após os descontos. Tudo



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13013-000 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTO

6

em conformidade com a decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – “Contribuição Assistencial. A Turma entendeu que é legítima a cobrança de contribuição assistencial imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em convenção coletiva de trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição”. (STF, 2ª Turma, rel. Ministro Marco Aurélio, RE 189.960-SP, julgado em 07.10.00, publicado no DOU em 10.08.01 – Recorrente Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Recorrida – Marta Domingues Fernandes) (In, Supremo Tribunal Federal, informativo STF, Brasília, 13 a 17 de novembro de 2000, nº 210).

38. SINDICALIZAÇÃO : As empresas permitirão 3 (três) dias por ano, que o sindicato profissional promova campanha de sindicalização, mediante negociação de horário, época e local entre o sindicato e a empresa de sua respectiva base territorial, no estabelecimento da empresa.

39. COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA : As empresas complementarão, durante a vigência da presente Convenção Coletiva, do 16º ao 60º dia, o salário nominal do empregado afastado pela Previdência Social por motivo de doença.

40. CONVÊNIO FARMÁCIA : As empresas providenciarão na localidade de suas respectivas sedes, convênios com farmácias ou drogarias, para fornecimento conforme receita médica, de medicamentos aos empregados e seus dependentes, cujo desconto dar-se-á na folha de pagamento. **Parágrafo único:** Quando o valor da despesa atingir 20% (vinte por cento) do salário normativo, a empresa parcelará o desconto em folha de pagamento em até 03 (três) parcelas, desde que solicitado pelo empregado. Este direito só poderá ser exercitado uma única vez por mês.

41. RECOMENDAÇÃO : a) Recomenda-se às empresas, fornecerem lanche gratuitamente, quando da realização de serviços extraordinários. b) Recomenda-se às empresas, que no caso de se utilizarem de mão-de-obra de magarefes e dessossadores em funções diversas daquelas que o façam em serviços de natureza leve. c) Recomenda-se às empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva poderão celebrar acordos coletivos para implantação de horários flexíveis (Banco de Horas e Horas Extras) como disposto no art. 59 da CLT, bem como poderão estabelecer contratos temporários de trabalho como disciplinado na Lei nº 9.601, devendo, em ambos os casos, contatar a entidade sindical que represente seus empregados, que providenciará as assembléias necessárias para a adoção ou não daquelas medidas.

42. MARCAÇÃO DE PONTO : A marcação do ponto deverá ser feita através de registro mecânico, ou eletrônico independentemente do número de empregados.

43. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS : Serão consideradas justificadas as ausências no trabalho, nos seguintes casos: a) por 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge ou companheiro(a), de filhos, pai e mãe; b) por 2 (dois) dias consecutivos em caso de falecimento de irmão(ã), sogro(a); c) até 3 (três) dias consecutivos em caso de internação hospitalar de cônjuge, companheiro(a) ou filhos; d) por 5 (cinco) dias consecutivos para casamento; e) nos 5 (cinco) dias subsequentes ao nascimento de filho(a), quando se tratar de trabalhador do sexo masculino; f) por 01 (um) dia para recebimento do PIS; g) por 01 (um) dia quando necessária presença em repartição pública para obtenção de documentos pessoais de



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC

**Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.**

7

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13013-000 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

identificação exigidos por lei ou segundas vias; h) no caso de menores, nas ocasiões em que tiver de comparecer ao serviço de alistamento militar e eleitoral.

§ 1º : Nas empresas onde trabalhem cônjuges e companheiros(as) a ausência de três dias, será de apenas um, permitida sua alteração, entre ambos.

§ 2º : As ausências por motivos aportados nesta cláusula somente serão justificadas mediante comprovante.

44. LICENÇA REMUNERADA PARA ADOÇÃO : As empregadas que comprovarem a adoção legal de menores com até 06 (seis) anos de idade, gozarão 30 (trinta) dias consecutivos de licença remunerada, cujo início se dará na data da comprovação.

45. ELEIÇÃO SINDICAL : No período de eleição sindical, as empresas mediante prévio entendimento com o Sindicato, determinarão local apropriado para o exercício do voto na eleição sindical.

46. INTERVALO ENTRE JORNADAS : Garantia de intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas entre 2 (duas) jornadas de trabalho.

47. HIGIENE PESSOAL : A empresa dotará os banheiros e sanitários de produtos adequados à higiene pessoal, os quais serão fornecidos gratuitamente. Aquelas que utilizarem-se de mão de obra feminina, manterão nas caixas de primeiros socorros absorventes higiênicos.

48. CARTA DE REFERÊNCIA : Ocorrendo dispensa sem justa causa ou pedido de demissão, no ato do pagamento das verbas rescisórias, a empresa fornecerá aos empregados carta de referência consignando o tempo de serviço, a função executada e a inexistência de fatos desabonadores. Na hipótese de dispensa por justa causa a carta limitar-se-á a consignar o tempo de serviço e a função executada pelo empregado.

49. DOCUMENTAÇÃO : Na contratação, a empresa não poderá exigir outros documentos senão os previstos em lei.

50. DESJEJUM : As empresas fornecerão café, leite, pão e manteiga ou substituto, no período da manhã, a preço subsidiado, arcando o empregado com até 20% (vinte por cento) do seu custo, ressalvadas melhores situações já existentes.

51. PREENCHIMENTO DE VAGAS : Ocorrendo vagas nos quadros da empresa, dar-se-á preferência ao pessoal interno para seu preenchimento mediante critério de acesso.

52. APRENDIZES DO SENAI : Serão garantidos aos aprendizes:

a) salário correspondente a, pelo menos 70% (setenta por cento) do piso salarial na primeira etapa do curso e 100% (cem por cento) na segunda etapa; b) os aprendizes terão assegurado estágio prático nas empresas, na segunda etapa; c) concluído o curso, os aprendizes serão aproveitados pela empresa, para exercerem funções para as quais habilitarem-se, condicionado à existência de vagas.

53. CONDIÇÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA : As empresas assegurarão a seus empregados: a) água potável; b) sanitários em condições de higiene, separados para homens e mulheres; c) armários individuais com cadeado para a guarda das roupas e pertences dos trabalhadores; d) chuveiro com água quente; e) material de higiene, inclusive absorventes femininos.

54. JORNADA ESPECIAL : Todos os empregados que trabalhem em turnos ininterruptos de revezamento terão assegurada jornada especial de 36 (trinta e seis) horas semanais, sem redução dos salários.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

8

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13013-000 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTO

55. BANCO DE HORAS OU FLEXIBILIDADE DE JORNADAS : As empresas que comprovadamente se encontrarem em dificuldades econômico/financeiras e necessitando adotar o Banco de Horas ou Flexibilidade de Jornadas poderão negociar com o respectivo sindicato profissional, critérios que lhes permitam a dispensa ou substituição do total ou de parte das obrigações contidas nesta Convenção.

56. JUÍZO COMPETENTE : As divergências surgidas quanto ao cumprimento da presente Convenção serão resolvidas amigavelmente entre as partes, ou, na impossibilidade, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

57. DIFICULDADES ECONÔMICAS : A empresa que estiver atravessando difícil situação econômico-financeira, não tendo como aplicar o percentual de reajuste salarial como fixado na cláusula 1ª desta Convenção Coletiva, poderá celebrar termo aditivo com o Sindicato dos Trabalhadores, que detém a representação de seus funcionários, objetivando a aplicação do percentual da cláusula de reajuste salarial, que possa atender aos interesses da empresa e de seus funcionários.

58. VIGÊNCIA : As condições ora pactuadas vigorarão a partir de 1º de maio de 2004 até 30 de abril de 2005.

59. PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO : O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial, da presente Convenção, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho. (CLT)

60. MULTA : Fica estabelecida multa de 10% (dez por cento) ao mês, do valor do salário normativo por empregado e infração, em caso de não cumprimento das cláusulas ora convencionadas, à exceção da cláusula vigésima oitava, revertendo o seu valor em favor da parte prejudicada. Esta multa não se aplica quando a legislação estabelecer penalidade à respeito, **estando excluída a cláusula 5 – Programa de Participação nos Resultados.**

61. ABRANGÊNCIA : A presente Convenção abrange a todos os empregados dessa empresa, representados pelo Sindicato.

Sendo o que nos apresenta para o momento, despedimo-nos

Atenciosamente

MANOEL MARTINS

Presidente